

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**DIANE LAZAROTTO BEVILAQUA**

**TÍTULO: EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM SALA DE AULA SOBRE O TEMA DO ABUSO SEXUAL**

**Florianópolis**

**2016**

**DIANE LAZAROTTO BEVILAQUA**

**TÍTULO: EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS EM SALA DE AULA  
SOBRE O TEMA DO ABUSO SEXUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial a obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Teresa Kleba Lisboa

Co-orientadora: Daniele Beatriz Manfrini

**Florianópolis**

**2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bevilaqua, Diane Lazarotto  
EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM  
SALA DE AULA SOBRE O TEMA DO ABUSO SEXUAL / Diane  
Lazarotto Bevilaqua ; orientadora, Teresa Kleba Lisboa ;  
coorientadora, Daniele Beatriz Manfrini. - Florianópolis,  
SC, 2016.  
53 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.  
Curso de Gênero e Diversidade na escola.

Inclui referências

1. Gênero e diversidade na escola. 3. Abuso Sexual. 4.  
Crianças. 5. Violência. 6. Denúncia. I. Lisboa, Teresa  
Kleba. II. Manfrini, Daniele Beatriz. III. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Gênero e Diversidade na escola.  
IV. Título.

DIANE LAZAROTTO BEVILAQUA

EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM  
SALA DE AULA SOBRE O TEMA DO ABUSO SEXUAL

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Especialista em  
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

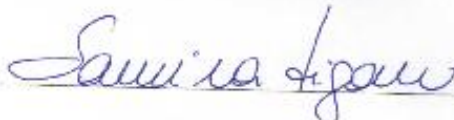
Aprovado em 09 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:



Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Sumira de Moraes Maia Vigano



Myriam Aldana Vargas Santin



Rafael de Medeiros Knabben

## AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo meu coração e com o amor mais puro e sincero que eu sinto, ao apoio de meu esposo, meus pais, minhas irmãs e cunhado, enfim a todos os meus familiares pelo carinho e compreensão nos momentos de minha ausência, minha gratidão à co-orientadora Daniele que sempre esteve ao meu lado me estimulando e me dando subsídios, me fazendo vencer os obstáculos e repensar minhas ideias, a minha tutora a distância Cláudia, minha colega cursista Rosana e em nome dela todos os meus colegas e a todos os meus alunos.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

### *Epígrafe*

*“Nenhum ser humano é uma ilha... por isso não perguntem por quem os sinos dobram. Eles dobram por cada um, por cada uma, por toda a humanidade. Se grandes são as trevas que se abatem sobre nossos espíritos, maiores ainda são as nossas ânsias por luz. (...) As tragédias dão-nos a dimensão da inumanidade de que somos capazes. Mas também deixam vir à tona o verdadeiramente humano que habita em nós, para além das diferenças de raça, de ideologia e de religião. E esse humano em nós faz com que juntos choremos, juntos nos enxuguemos as lágrimas, juntos oremos, juntos busquemos a justiça, juntos construamos a paz e juntos renunciemos à vingança.” Leonardo Boff*

## RESUMO

Resumo:

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema o abuso sexual e visa apresentar uma atividade pedagógica realizada em sala de aula, com auxílio de uma vídeo, pintura de boneco e aplicação posterior de questionário a crianças e adolescentes entre 4 e 11 anos, das turmas de Pré I à 5º ano do Ensino Fundamental de três escolas públicas da cidade de Concórdia. Amparado nos conceitos e aportes teórico-metodológicos, abordar-se-á a importância do tema, sobretudo pelo caráter de prevenção à ocorrência de violências contra crianças e adolescentes. Salienta-se que as atividades fizeram parte das aulas ministradas pela autora e portanto, como parte do plano de ensino adequado à série-idade. Dentre as análises e conclusões obtidas, destaca-se a importância da abordagem do tema em sala de aula, tendo em vista que poucos alunos tinham aproximação com a temática. Da mesma forma que após a atividade, os mesmos avaliaram que tem condições de explicar sobre o tema com outras crianças, sendo que assim, o tema possa circular dentro a faixa etária. Outra situação que emergiu no decorrer da realização da pesquisa de campo foram a informação de duas alunas que teriam sido possíveis vítimas de abuso sexual, situação que foge aos limites deste trabalho, mas cujo encaminhamento foi dado no sentido de orientação dos pais ou responsáveis. Por fim, alcançou-se o objetivo de trabalhar o tema com os alunos visando assim a prevenção de ocorrência de abusos sexuais pelo caminho da prevenção.

Palavras-chave: Abuso sexual, crianças, denuncia.

## **ABSTRACT**

### **Abstract:**

This concluding course paper deals with sexual abuse, and seeks to present a pedagogic activity done in classroom, doll painting, supported by a videoconference and subsequent quiz to children and juvenile, between 4 and 11 years old, from the classes Pre I to 5<sup>o</sup> year, of elementary school, from three public schools of the Concordia city. The paper was supported on the concepts and theoretical and methodologic materials, and will focus the theme importance, mainly through prevention to avoid violence occurrence against children and juvenile students. It is important to mention that the activities were part of the lessons delivered by the author, and, therefore, as part of the teaching plan adequate to age-class. Among the analyses and conclusions made, it deserve to mention the importance of addressing the theme in class room, especially because few students had already been exposed to the theme. After the activity had been concluded, the students evaluated that they had enough condition to explain the theme to other children, in the way that the theme could circulate among children of the same age strip. Another situation has emerged during the field research, when two girls informed that possibly would have been victims of sexual abuse, situation that scape the limits of this paper, but whose orientation was made to the parents or to the responsible. At last, the objective of working the theme, with the students seeking the prevention of the occurrence of sexual abuse by the way of prevention, was succeeded.

**Keywords:** Sexual abuse, children, complaint.



## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Desenho de aluno sobre abuso sexual.....	43
<b>Imagem 2</b> – Desenho de aluno sobre abuso sexual.....	43
<b>Imagem 3</b> – Desenho de aluno sobre abuso sexual.....	44
<b>Imagem 4</b> – Desenho de aluno sobre abuso sexual.....	44
<b>Imagem 5</b> – Desenho de aluno sobre abuso sexual.....	45
<b>Imagem 6</b> – Desenho de aluno sobre abuso sexual.....	45
<b>Imagem 7</b> – Desenho de aluno sobre abuso sexual.....	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1	Problema .....	16
1.2	<b>Justificativa</b> .....	16
1.3	<b>OBJETIVOS</b> .....	18
1.3.1	Objetivo geral .....	18
1.3.2	Objetivos específicos .....	18
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>18</b>
2.1	Violências como uma das expressões das questões de gênero .....	18
2.2	Violência contra crianças e adolescentes .....	19
2.3	Violência sexual contra criança e adolescente .....	22
2.4	Comportamento de crianças abusadas sexualmente .....	25
2.5	A família abusiva .....	25
2.6	Violência doméstica ou intrafamiliar .....	32
2.7	Os números da violência .....	33
2.8	Por que as crianças e adolescentes se calam .....	34
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTO METODOLÓGICO</b> .....	<b>35</b>
3.1	Tipo de estudo .....	35
3.2	Cenário do estudo .....	36
3.3	Participantes do estudo .....	36
3.4	Coleta dos dados .....	36
3.5	Análise dos dados .....	37
<b>4</b>	<b>ANÁLISE QUALITATIVA DAS RESPOSTAS</b> .....	<b>38</b>
<b>5</b>	<b>OUTRAS ANÁLISES E CONCLUSÕES</b> .....	<b>45</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>48</b>
	<b>APÊNDICE</b> .....	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

No mundo inteiro, as diferentes formas de violência são responsáveis por adoecimento, sofrimento, perdas e mortes. É um fenômeno social de grande dimensão que afeta todas as sociedades, das mais pobres às mais abastadas. Na história da humanidade, não se conhece sociedade alguma isenta de violências. Trata-se de um fenômeno histórico, presente em todas as épocas, se apresentando das mais diferentes formas. É, também, um fator humano e social que consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outras pessoas, grupos e coletividades (MINAYO e CARPURCHANDE, 2011).

No Brasil, a violência é apontada, desde a década de 1970, como uma das principais causas de mortalidade, despertando, no setor saúde, uma grande preocupação com essa temática que, progressivamente, deixa de ser considerada um problema exclusivo da área social e jurídica para ser também incluída no universo da saúde pública.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrem no Brasil, por ano, cerca de 100 mil casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Mas menos de 20% desses casos chegam ao conhecimento das pessoas encarregadas de tomar providências. O Ministério Público Federal atua de diversas formas: investiga, propõe punições e trabalha junto com a sociedade para prevenir essas práticas e garantir a proteção necessária às vítimas.

No Brasil, o primeiro caso de violência contra uma criança, denunciado à polícia, só ocorreu em 1895. Entre 1906 e 1912 surgiram os primeiros projetos de lei sobre os direitos da criança com intervenção do Estado, mas somente em 1973 um caso foi estudado pela primeira vez (Prado, 2004).

A violência contra a criança e o adolescente é um problema universal que atinge milhares de vítimas de forma silenciosa e dissimulada. Trata-se, deste modo, de um problema que acomete ambos os sexos e não costuma obedecer nenhuma regra como nível social, econômico, religioso ou cultural (BALLONE; ORTOLANI; MOURA, 2008; CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008; DEL PRIORE, 2007; FREITAS, 1997; PRADO, 2004; ROMARO; CAPITÃO, 2007).

A violência sexual caracteriza-se por atos praticados com finalidade sexual que, por serem lesivos ao corpo e a mente do sujeito violado (crianças e adolescentes), desrespeitam os direitos e as garantias individuais como liberdade, respeito e dignidade previstos na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2002, Artigos 7º, 15, 16, 17 e 19).

Gouveia (2006) define o abuso sexual infantil como um ato do qual o adulto, atrai ou induz uma criança a realizar atividade sexual, sendo ela inadequada para a sua faixa etária, e que viola as regras impostas pela sociedade e pela família.

A autora apresenta que a maior incidência acontece em crianças da terceira infância, preferencialmente do sexo feminino e de uma classe socioeconômica desfavorecida. Terceira infância para a psicanálise chama-se período de latência e Freud o definiu da seguinte maneira: "[...] Nesse período da vida, depois que a primeira eflorescência da sexualidade feneceu, surgem atitudes do ego como vergonha, repulsa e moralidade, que estão destinadas a fazer frente à tempestade ulterior da puberdade e a alicerçar o caminho dos desejos sexuais que se vão despertando." (FREUD, 1926, livro XXV, p. 128.).

A autora Carla Faiman (2004), por sua vez, acrescenta:

Abuso sexual é todo relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas. Quando se verifica a presença de violência física, o reconhecimento do abuso pode ser mais claro, pela objetividade dos fatos que indicam que o abusador fez uso de força para vencer a resistência imposta pela vítima.

Estamos inseridos em uma sociedade que ao longo dos anos se envolveu em várias destas formas de violência, e assim, passou-se a desenvolver meios e formas para combater a mesma, dentre as formas, podemos citar um estatuto muito importante, o Código Penal e o ECA nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

No Código Penal (Lei 12.015) estão previstos os crimes contra dignidade e liberdade sexual, classificando-os em diversos delitos com suas respectivas penas. O estupro é tipificado pelo artigo 213 como o ato de 'Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.' Além disso, constam outros crimes ligados ao mesmo capítulo dos crimes contra a dignidade, com outras nuances. São eles, a violência sexual mediante fraude, o assédio sexual, satisfação de lascívia mediante presença de crianças e adolescentes e outros relacionados ao comércio sexual, como exploração e prostituição. Está prevista nesta mesma lei o estupro contra vulnerável, deixando claro que qualquer ato sexual com adolescentes menores de 14 anos será considerado um estupro, justamente pela sua característica de estar em desenvolvimento.

O ECA é considerado um pacto nacional em defesa dos direitos da infância e adolescência em nosso país, o Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco dos esforços de todos em tornar visível o que por tanto tempo foi esquecido.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entrou em vigor há 18 anos, trazendo para a criança e o adolescente direitos exigíveis. É direito de toda criança e adolescente ter a proteção integral do Estado e da sociedade civil. A família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público devem assegurar e oferecer oportunidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, moral, mental e espiritual, ou seja, promover a saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade e respeito. Assim, o artigo 98 informa que, quando os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão de sua conduta, as crianças e os adolescentes dispõem das medidas de proteção.

Segundo o artigo 130 disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum. (ECA, 1990, p. 81)

Desde que o Estatuto da Criança e do Adolescente começou a vigorar houve um aumento significativo no número de notificações aos órgãos competentes relacionadas ao abuso sexual infantil buscando a proteção da criança e do adolescente, junto aos Conselhos Tutelares e a justiça. Apesar das crescentes notificações, estas não representam a totalidade das situações de abuso sexual contra as crianças e os adolescentes, pois a violência sexual frequentemente é incestuosa e silenciosa devido o sentimento de culpa, vergonha, ignorância e tolerância da vítima. O abuso sexual infantil é considerado um dos tipos de maus-tratos mais frequentes contra a criança e atualmente tem recebido crescente atenção dos meios de comunicação e da sociedade.

De acordo com o National Committee for the Prevention of Child Abuse (2008), a cada ano são relatados aproximadamente de 150.000 a 200.000 novos casos de abuso sexual infantil. O abuso sexual existe desde o início dos tempos e não se limita a uma determinada classe social ou grupo de pessoas, ocorrendo para os dois sexos, ou seja, tanto para o masculino como o feminino, tendo este mais incidência (MILLER, 2008).

A responsabilidade da construção da rede de proteção à criança e ao adolescente é uma tarefa de todos e responsabilidade de cada um. O fortalecimento da rede de proteção começa com o apoio às famílias, ao núcleo familiar e sua rede de apoio aliado às instituições de proteção. O compromisso que se inicia no seio familiar deve também ser abraçado por todos.

A partir desta abordagem introdutória sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, apresento este Trabalho de Conclusão de Curso, que teve como tema o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

A pesquisa desenvolveu-se a partir de minha inserção enquanto professora de séries iniciais, cujo interesse e motivação foram a disseminação dos conhecimentos adquiridos no decorrer desta especialização de Gênero e Diversidade na Escola.

Sou professora de ensino fundamental, anos iniciais, e desde que ingressei na especialização de Gênero e Diversidade na escola, passei a incluir os conceitos com as turmas da qual atuo. Quando tivemos a disciplina Sexualidades e Violência no cotidiano escolar, eu fiquei me perguntando, quantas crianças do meu convívio diário poderiam estar sofrendo com algum tipo de violência e ou abuso sexual, sem mesmo saber do que se tratava, tendo em vista que o grande número de vítimas de abuso sexual, esta relacionada com o ambiente intrafamiliar.

Então, fui conversar com direção e orientação escolar, para explicar minha vontade de abordar o tema com as crianças, e, tendo o apoio da escola, comecei a trabalhar o meu psicológico para dar o maior suporte e o maior número de informação possível aos envolvidos.

O tema do abuso sexual, foi trabalhado então com dezoito turmas, de Pré I à 5º ano em três escolas da rede pública municipal de Concórdia SC. Desta forma, trabalhei o tema do abuso sexual, com 18 turmas, em três escolas da rede municipal de Concórdia SC, turmas estas de Pré I à 5º ano, com idades entre quatro à onze anos, totalizando 351 alunos. Iniciei a atividade, apresentando aos alunos o vídeo “**O segredo**”<sup>1</sup> que retrata a ocorrência de um abuso sexual contra uma criança por um agressor próximo e de sua rede de convivência. No vídeo fica claro o medo da infante perante o agressor e as chantagens praticadas por este para perpetrar o abuso. A criança tem seu comportamento e sentimentos alterados após a vivência da situação de abuso, apresentando-se retraída e infeliz. Na interação com a professora de sua escola, ela encontra confiança, para mesmo que indiretamente, fazer a denúncia da situação que ocorria. O vídeo mostra o resgate da felicidade e alegria em viver da criança após a denúncia e cessão da situação abusiva.

Após assistirmos, conversamos sobre o que acontecia no vídeo, como a vida da menina passou a ficar sem cor, sobre a importância da denuncia, como se dá o abuso, etc. Na sequência da atividade, todos receberam um boneco para colorir em formas de tarjas as partes

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CvQ8QU9MSPU>

do corpo que não podemos permitir que as outras pessoas toquem. Durante a realização desta, aproveitei o momento de interação para diferenciarmos o afeto e o carinho da prática de abuso.

Durante as aulas, percebi através de relatos, que as crianças tinham carência de saber sobre a temática, pois em nenhuma das turmas encontrei alunos que já possuíam algum conhecimento prévio sobre o abuso, desde uma conversa com os pais, bem como de outros profissionais de educação, assim, comprovei a importância e a relevância de conversar de forma clara com as crianças, pois além de curiosidade sobre o assunto eles têm necessidade de saber para evitar problemas e ou por algum momento saber como agir se alguma coisa acontecer no ambiente em que estão inseridos.

Diante destas atividades iniciais realizadas, como parte da pesquisa de campo deste TCC, fiz a aplicação de um questionário com parte dos alunos que haviam participado das mesmas, conforme será detalhado nos procedimentos metodológicos, analisando posteriormente as respostas dos mesmos aos questionamentos, visando auferir qual o impacto e qual o conhecimento obtido por eles diante das atividades.

A partir do momento em que se fala de forma clara com as crianças, abre-se o diálogo e através dele, as formas de denúncias, as maneiras para acabar com o segredo do abuso que obscura, amedronta e entristecem as crianças, seres angelicais que precisam de proteção e segurança. Quando abordado pelos seus professores, seres que são tidos como referências para as crianças, estas sentem-se seguras para fazerem os relatos e buscarem abrigo, pois terão convicção do desembaraço deste enigma.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um dos tipos de maus-tratos mais frequentes, apresentando implicações médicas, legais e psicossociais que devem ser cuidadosamente estudadas e entendidas pelos profissionais que lidam com esta questão, porém apesar de ser elevado o número de vítimas, as mesmas ainda permanecem invisibilizadas e por isso surge o questionamento da minha pesquisa: Quais as noções que os estudantes de séries iniciais possuem sobre abuso sexual e as interseccionalidades com as questões de gênero?



## 1.1 Problema

Quais as noções que os estudantes de séries iniciais possuem sobre abuso sexual e as interseccionalidades com as questões de gênero?

## 1.2 Justificativa:

A violência acontece em todos os ambientes e segmentos da sociedade. Não é apenas no âmbito doméstico que as pessoas são expostas à situação de violência.

O conhecimento sobre o abuso sexual, essa forma de violência, vem sendo ampliado e sua gravidade reconhecida, ainda que os dados globais sobre sua magnitude não estejam devidamente dimensionados. No Brasil, a padronização para registrar situações de violência familiar é fragmentada, o que provoca prejuízo para uma rotina clara e eficaz, ocasionando deficiências nos procedimentos a serem seguidos pelos profissionais e instituições. Além disso, há carência de políticas públicas eficazes que viabilizem a criação e, principalmente, a manutenção de programas preventivos e de tratamento, necessários para promover o aprimoramento e evolução de técnicas eficazes no enfrentamento dessa problemática.

Diversos estudos demonstram que as consequências do abuso sexual infanto-juvenil estão presentes em todos os aspectos da condição humana, deixando marcas – físicas, psíquicas, sociais, sexuais, entre outras – que poderão comprometer seriamente a vida da vítima (criança ou adolescente) que passou por determinada violência (ABRAPIA, 1997; CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008; FURNISS, 1993; GABEL, 1997; KAPLAN; SADOCK, 1990; PRADO, 2004; ROMARO; CAPITÃO, 2007; SILVA, 2000).

Furniss (1993) afirma que as consequências ou o grau de severidade dos efeitos do abuso sexual variam de acordo com algumas condições ou predeterminações de cada indivíduo, dentre eles: a idade da criança, quando houve o início da violência; a duração e quantidade de vezes em que ocorreu o abuso; o grau de violência utilizado no momento da situação; a diferença de idade entre a pessoa que cometeu e a que sofreu o abuso; se existe algum tipo de vínculo entre o abusador e a vítima; o acompanhamento de ameaças (violência psicológica) caso o abuso seja revelado.

O abuso sexual, sendo ele de caráter incestuoso ou não, deixa a criança numa sensação de total desamparo. O adulto que deveria ser sinônimo de proteção se torna fonte de perturbação e ameaça. Ela não tem com quem contar, não pode comentar o fato e ainda é mobilizada, pela complexidade da relação, a sentir-se culpada. O silêncio, portanto, pode estar associado ao sentimento de culpa, às ameaças feitas, ao vínculo estabelecido na relação, principalmente por parte da criança (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 180).

É possível afirmar que a criança ou adolescente facilmente encontrará razões para se sentir culpada diante de uma situação de abuso sexual. Por isso, é essencial ouvir a criança e permitir que se expresse ao nível de sua culpa, pois o que ela pode dizer e sentir no plano consciente, e também no inconsciente, talvez seja muito diferente de nossas projeções e de nossa lógica enquanto adultos. Sentimentos de culpa são corriqueiros entre crianças e adolescentes sexualmente abusadas, sendo a culpa um dos efeitos emocionais mais severos que resultam da interação abusiva, especialmente se esta foi incestuosa e durou por muito tempo. Quanto ao sentimento de culpa, soma-se o dano secundário da estigmatização, devido à acusação por parte dos pais e da família (FURNISS, 1993).

A violência sexual contra crianças e adolescentes segundo Vaz (2001), ocorre, muitas vezes, no seio familiar ou em locais próximos, como vizinhança ou casa de parentes. A violência na maior parte dos casos não é denunciada e há a omissão de parentes ou conhecidos quanto ao crime cometido. Tal violência deixa “feridas afetivas” na criança que não são cicatrizadas, uma vez que o ato é praticado por alguém que a criança confia (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 157).

Diante da realidade fática brevemente abordada acima, assim como do conteúdo das legislações, no sentido de reprimir a ocorrência de tais crimes; este trabalho justifica-se desta maneira pela necessidade de abordagem em sala de aula de conceitos relacionados a gênero e suas intersecções, dentre eles o abuso sexual, como forma de prevenção da ocorrência de tais situações de violência.

## **1.3 OBJETIVOS**

### **1.3.1 Objetivo geral:**

- Realizar atividades pedagógicas com os estudantes sobre o combate a prática da violência contra a criança e adolescentes, com a finalidade de desconstruir a cultura de violência, a qual é historicamente arraigada no seio social.

### **1.3.2 Objetivos específicos:**

- Identificar quais as inquietações que os estudantes de séries iniciais possuem e o que entendem por violência contra criança e adolescente, abuso sexual;
- Estabelecer um comparativo entre as apreensões dos estudantes e os conceitos legais;
- Citar e apresentar os tipos de violência aos estudantes e como denunciar;
- Explicar as formas de denuncia bem como o ECA;

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Violências como uma das expressões das questões de gênero**

De acordo com a concepção de Scott (1995), entende-se gênero como um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. A categoria gênero surgiu como alternativa ao conceito de sexo, pois este estaria ligado ao biológico e às diferenças sexuais, e o gênero estaria assim, ligado aos papéis e funções sociais, cultural e historicamente determinados a homens e mulheres, que acabaram subordinando e oprimindo a mulher.

Além disso, a categoria gênero precisa ser compreendida também dentro da esfera do cotidiano, ou seja, a esfera privada e doméstica, tradicionalmente referida às mulheres, em contraposição aos homens, cuja referência é o ambiente público. Nas duas esferas homens e mulheres cumprem funções, geralmente opostas, que estruturam a vida social, todavia, é preciso contemplar as cumplicidades e conflitos presentes nas relações sociais, em uma dimensão dialética entre ambos, destacando as desigualdades existentes e caminhando para a

equidade de gênero, que supõe igualdade de oportunidades e ações afirmativas. (Manfrini, 2008)

Sobre o surgimento do conceito de gênero, Grossi & Miguel (1995, 21) refletem que, “o momento onde começa a aparecer o conceito de gênero é o momento onde aparece junto a preocupação em relativizar o isolamento da condição feminina”, incluindo assim, os homens e as masculinidades, buscando a equidade social.

O conceito de gênero passa a ser instrumento político importante, pois traz à tona elementos que configuram as relações desiguais entre homens e mulheres. As relações de gênero refletem, segundo Safiotti (1992), relações de poder materializadas através das concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres.

Lisboa (2010) define a violência de gênero como o guarda chuva que abarca as diversas formas de violência pelo caráter de gênero, que atingem, sobretudo às mulheres e meninas. Ela refere Velázquez (2006, p. 26) para quem, “Violência de Gênero é todo o ato de violência que tenha ou possa ter como resultado um dano ou sofrimento físico, sexual e psicológico para a mulher, inclusive as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto produzidas na vida pública como no espaço privado”.

Para esta mesma autora, (Velázquez, 2006),

a violência de gênero nos conduz a abordá-la desde a perspectiva individual até a do coletivo. Leva-nos, também, a repensar os limites da ética e dos direitos humanos. Segundo a autora, violência de gênero engloba várias formas de violência: violência doméstica, violência contra a mulher, violência familiar ou intrafamiliar, violência conjugal, violência sexual (no interior da família e em diferentes âmbitos da comunidade), violência psicológica, patrimonial, tráfico de mulheres e de meninas para fins de prostituição etc. As temáticas mais específicas como o abuso sexual de crianças e adolescentes, maus-tratos infantis, incesto (violências exercidas especialmente pelo fato de serem mulheres) também estão incluídas nesse vasto “guarda-chuva” que abriga a diversidade de tipologias que cabem no conceito.

Desta maneira, as formas de violência contra crianças e adolescentes, principalmente o abuso sexual, também são consideradas como violências de gênero, justamente porque a frequência desta violência, em que os autores são majoritariamente homens que abusam de mulheres/meninas, remete às questões de gênero construídas historicamente.

## **2.2 Violência Contra Crianças e Adolescentes**

Todas as crianças já nascem com direitos, que estão escritos em documentos importantes: as leis. As leis são regras que definem o que cada pessoa deve fazer para garantir que os direitos das crianças sejam respeitados e cumpridos.

A lei diz, que toda criança deve ter os mesmos direitos dos adultos, e que deve receber atenção especial da família e de toda a sociedade, pois precisa crescer e se desenvolver de forma segura, saudável e feliz.

O governo tem papel muito importante para isso, porque deve garantir que as leis de proteção sejam cumpridas por todos. E até mesmo as crianças, podem ficar de olho em como as crianças à sua volta estão sendo tratadas.

A Constituição Federal, diz:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.  
§ 4.º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes são enquadrados penalmente, no Código Penal, referido anteriormente, como abuso sexual e outras formas de crimes contra a dignidade sexual, caracterizados por violência física ou grave ameaça, podendo ser penalizado o agressor que inclusive tiver somente restado na tentativa de realização do abuso, tendo sido impedido por algum outro motivo.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/1990, no Art. 5º: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Ressalta ainda:

Art. 241-C. Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.  
Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:  
I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso;  
II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita.

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou

adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

Na Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, estão tipificadas as formas de violência contra a mulher, que estende-se a crianças meninas e a depender da interpretação jurisprudencial, pode ser estendida aos meninos.

Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Nela constam

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A lei especifica as formas de combate à violência com a tipificação de crimes e penalidades aos agressores e proteção à vítima com encaminhamentos e possibilidades institucionais de acompanhamento por meio de equipe psicossocial ou casas de acolhimento.

Assim sendo, o escopo legal brasileiro, composto das legislações em vigor, tem efetivamente o caráter protetivo e penalizante sobre a violência, contudo, a ocorrência dos

crimes e situações violentas continuam acontecendo em caráter crescente, fruto da cultura machista e da naturalização da relação violenta entre homens e mulheres que permanece na sociedade. Por isso, as atividades de caráter pedagógico tem o objetivo de prevenir e eliminar as situações de violência, tendo nas crianças, efeito de integrar tal combate a sua fase de desenvolvimento e observação do contexto familiar e social.

### **2.3 Violência sexual contra criança e adolescente**

O abuso consiste no uso da criança ou adolescente para satisfação sexual de um adulto ou adolescente, seja por meio de: manipulação, toques, participações em jogos sexuais, exibicionismo, pornografia ou prática de relação sexual.

Na esteira da definição trazida pela Lei Maria da Penha, o abuso ou violência sexual é, como indicado anteriormente, ‘qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

São diversas as formas de coerção e agressão abarcadas por este conceito, que no caso da Lei Maria da Penha limita-se às relações de ordem doméstica ou íntima da mulher e menina. De fato, as situações de violência contra meninas são mais frequentes no contexto familiar e de convivência da mesma, o que reforça a importância da legislação para combate e punição dos agressores.

Como visto, além da violência direta do agressor com práticas entre ele e a criança, ocorrem também situações de exploração sexual, que não se restringe à relação sexual, mas também ao turismo sexual e a produção de materiais pornográficos, tais como: como revistas, fotografias, filmes, vídeos e sites da internet, e qualquer forma de intermediação ou agenciamento para esses fins.

Ambos os crimes são hediondos, com penas, tanto para quem abusa, quanto para quem explora. No caso da exploração sexual, os donos dos estabelecimentos também respondem pelo crime.

É dever de todas as instituições combater, por seus meios, crimes desta natureza, quer no campo da prevenção, quer no campo da repressão, sempre tendo como foco que a criança e o adolescente são vítimas destes atos.

Segundo Azeredo (1995) a situação de abuso sexual,

É configurada como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa.

As consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes são essenciais pensar o quanto é monstruosa a deturpação da condição física, biológica ou orgânica, pois o abuso sexual compreende uma violação do corpo da vítima que, muitas vezes, sai com ferimentos na própria pele.

Desta forma, é possível apontar como consequências orgânicas: lesões físicas gerais; lesões genitais; lesões anais; gestação, doenças sexualmente transmissíveis; disfunções sexuais; hematomas; contusões e fraturas. Usualmente, a vítima sofre com ferimentos advindos de tentativas de enforcamento; lesões genitais que não se dão somente pela penetração e sim por meio da introdução de dedos e objetos no interior da vagina das vítimas; lesões que deixam manifesto o sadismo do agressor, como queimaduras por cigarro, por exemplo; lacerações dolorosas e sangramento genital; irritação da mucosa da vagina; diversas lesões anais, tais como a laceração da mucosa anal, sangramentos e perda do controle esfinteriano em situações onde ocorre aumento da pressão abdominal.

De acordo com Gabel (1997 p. 67),

Diversas queixas somáticas que são habituais após a ocorrência de abusos sexuais em crianças e adolescentes, as quais se manifestam na forma de mal-estar difuso; impressão de alterações físicas; persistência das sensações que lhe foram impingidas; enurese e encoprese; dores abdominais agudas; crises de falta de ar e desmaios; problemas relacionados à alimentação como náuseas, vômitos, anorexia ou bulimia; interrupção da menstruação mesmo quando não houve penetração vaginal.

Nos casos de abuso sexual intrafamiliar, a família, que deveria representar um local seguro para os seus membros, torna-se um espaço de insegurança, medo, desconfiança, conflitos e de incertezas entre o que é certo e errado. Nota-se que há uma inversão de papéis, nos quais a criança ou adolescente é colocada no lugar de parceiro pseudo-igual no relacionamento sexual e os papéis familiares passam a ser vivenciados de forma confusa, descaracterizando a família como o lugar de crescimento, confiança e apoio – o que acarretará enormes prejuízos ao desenvolvimento da criança ou adolescente (FURNISS, 1993; GABEL, 1997; ROMARO; CAPITÃO, 2007).

Outra situação que compromete a vida das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual é o segredo. O segredo carrega uma proibição de verbalizar os fatos que é explícita em certos casos, mas pode ser ligada ao modo de comunicação não-verbal, predominantemente



quando o abuso e abusador estão no meio familiar. Esta vítima busca manter o segredo das situações vividas, seja por temor de sofrer sanções e castigos por ambos os genitores, seja por sentir sobre seus ombros a responsabilidade de manter o equilíbrio e integridade da família.

Com relação à vítima, pode-se afirmar que o silenciamento diante de uma situação que lhe viola, oprime, envergonha e, muitas vezes, desumaniza, constitui uma reação natural à situação vivenciada, posto tratar-se de um “cidadão em condições especiais de desenvolvimento”, submetido a uma relação assimétrica de poder (física e/ou psicológica) que, muitas vezes, se estende para além do controle e domínio da vítima propriamente dita (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008, p. 283).

Lembrando que os autores de crimes hediondos não têm direito a fiança, indulto ou diminuição de pena por bom comportamento. Os crimes são classificados como hediondos sempre que se revestem de excepcional gravidade, evidenciam insensibilidade ao sofrimento físico ou moral da vítima ou a condições especiais das mesmas (crianças, deficientes físicos, idosos).

Conforme descrito na literatura por Ferrari (2002), as consequências da violência sexual são variadas e vão depender principalmente de aspectos tais como: idade da pessoa agredida e da que agride, tipo de relação entre abusador e abusado, personalidade da vítima, duração e frequência da agressão, tipo e gravidade do ato e reação do ambiente. De acordo com Sánchez (1995), nos casos de violência sexual existem consequências em curto e longo prazo. Um de seus estudos aponta que 60 a 80% das vítimas de violência sexual apresentam algum distúrbio em curto prazo, nos dois primeiros anos após o abuso. Entre esses efeitos encontram-se alterações nas esferas física, psicológica e social, tais como: distúrbios do sono (17 a 20%), medo (40 a 80%) e dificuldades escolares (sem percentual). Em longo prazo verifica-se: fobias, pânico, personalidade antissocial, depressão com ideias de suicídio, tentativa ou suicídio levado a cabo, isolamento, sentimentos de estigmatização, ansiedade, dificuldades alimentares, tensão, dificuldades de relacionamento com pessoas do sexo do agressor, distúrbios sexuais, drogadição e alcoolismo, além de reedição da violência.

Um dos aspectos mais surpreendentes no estudo do abuso sexual infantil relaciona-se ao fato de que, em grande parte dos casos, o abusador é pessoa conhecida da criança ou mesmo um familiar. Gabel (1997) cita uma pesquisa sobre os autores de violência sexual. Nesta pesquisa realizada com uma amostra de 92 casos de abuso sexual temos que 37% foram praticados por indivíduos desconhecidos contra 63% cometidos por indivíduos conhecidos da vítima. Em seu estudo, Lynch (citado por Gabel, 1997), enumera que 74% dos casos aconteceram com um autor conhecido, sendo que em 43% tratava-se de alguém da família;

enquanto que para 31% ocorreu com um conhecido; nos casos intrafamiliares, o pai estava implicado em 48%.

## **2.4 Comportamento de Crianças Abusadas Sexualmente**

A violência sexual traz mudanças de comportamentos em crianças e adolescentes que sofreram com a mesma. Friedrich et al. (1998 apud ROSSETT, 2012, p. 29) acrescentam que: [...] o comportamento sexual de crianças abusadas pode ser dividido em categorias, todas elas correspondentes a comportamentos encontrados em adultos. Dentre esses encontram-se comportamentos de pouca ou grande exposição, como imposição de limites nos contatos interpessoais (evitação), exibicionismo, representação de papéis sexuais, auto estimulação, ansiedade sexual, interesse sexual, intromissão sexual, orientação sexual, conhecimento sexual exagerado e comportamento voyeurístico. Algumas crianças mantêm-se fisicamente distantes no relacionamento interpessoal.

No entanto, crianças pequenas, podem ficar demasiadamente próximas de pessoas que não são da família, e até esfregar seu corpo nestas. Nesse caso, elas podem casualmente tocar os seios da mãe ou os órgãos genitais de seus pais, e até mesmo de estranhos. Enfim, os comportamentos que são visualizados em crianças e adolescentes abusados podem aparecer de diferentes formas, podendo ser um comportamento sexual ou até mesmo uma mudança de conduta. Mas é interessante ressaltar que crianças pequenas que sofreram abuso tendem a se aproximar de estranhos e não se afastar dos mesmos, como é o caso de adolescentes.

## **2.5 A Família Abusiva**

Violência intrafamiliar (VIF) é a definição dada quando se verifica a existência de violência dentro de um grupo familiar. Esse tipo de violência contra crianças e adolescentes revela-se frequentemente em situações de violência física, sexual, psicológica, negligência ou abandono e determina um padrão de relacionamento abusivo entre pai, mãe e filhos, que acaba conduzindo a uma dificuldade no desempenho dos papéis familiares (Ferrari, 2002).

Autores como Azevedo e Guerra (1988), Cohen (1993) e Saffioti (1997) revelam em seus estudos, no que tange ao abuso sexual intrafamiliar, que há uma maior predominância do homem como agressor e da mulher como vítima. Em um estudo realizado no município de São Paulo, Saffioti (1997) constatou que, dentre toda constelação de parentes investigados nos casos de abuso sexual intrafamiliar, 71,5% dos agressores eram pais biológicos e 11,1%

padrastos. Ou seja, 82,6% do total de abusos sexuais intrafamiliares têm pais e padrastos como os principais perpetradores. Cohen (1993) e Furniss (1993) em seus estudos obtiveram dados semelhantes. Importante destacar que, apesar da maioria das vítimas pertencer ao sexo feminino, os meninos também são vítimas de abuso sexual. Na maioria desses casos, no entanto, o perpetrador não faz parte da família. Quando o autor do abuso sexual contra a criança é o pai biológico, configura-se uma situação incestuosa. Autores como Flores e Caminha (1994), Kaplan e Sadock (1990) e Watson (1994) observaram que as relações familiares onde ocorre o incesto são caóticas, permeadas pela falta de limites claros e onde existe inversão de papéis. Conforme LèviStrauss (1976), ao abusar de seu filho e impor seu desejo, o pai transgride a lei cultural que proíbe o incesto, traindo a confiança da criança.

Nos casos onde ocorre esse estado de coisas, os pais utilizam-se do poder derivado de seu papel paterno para dominar e explorar a vulnerabilidade e imaturidade infantil. Muitas vezes, utilizam requintes de sedução, chantagem e ameaças para atingir seus objetivos patológicos. Araújo (2002) chama a atenção para o papel das mães nessas famílias. Muitas vezes, elas se recusam a enxergar os indícios de abuso sexual contra sua própria prole. Segundo a autora, estas mães experimentam sentimentos ambivalentes em relação às filhas. Ao mesmo tempo em que sentem raiva e ciúme, sentem culpa por não fornecerem proteção. A autora também explica que negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma defesa utilizada para suportar o impacto da violência, desilusão e frustração frente à ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal.

Além disso, a negação materna pode estar relacionada a uma cumplicidade implícita, fruto de um conflito sexual entre marido e mulher. Nesses casos, a criança desempenha uma função sexual que não é dela, amenizando o conflito conjugal. O não acolhimento da verdade da criança pela mãe é uma das piores coisas que pode acontecer nos casos de abuso sexual, sendo mais frequente quando a mãe também é uma vítima da violência familiar.

Flores e Caminha (1994) observaram que as famílias nas quais ocorre o incesto são bastante disfuncionais. Algumas características familiares que são sugestivas de abuso intrafamiliar incluem: violência doméstica, pai e/ou mãe abusados ou negligenciados na infância, alcoolismo paterno, autoritarismo ou moralismo paterno, passividade e ausência materna, inadequação no relacionamento sexual conjugal, presença de padrasto ou madrasta na composição familiar, pais que acariciam ou que exigem carícias violando a privacidade dos filhos, pais que permanecem muito tempo isolados com seus filhos, filhas desempenhando papel de mãe, promiscuidade ou comportamento autodestrutivo nas crianças, isolamento social e comportamento sexual inadequado para a idade da criança. Thompson (1994) relata

que apesar da possibilidade de ocorrência de maus-tratos infantis em qualquer família, certas famílias encaixam-se num perfil de alto risco.

Ocasionalmente, crianças de todos os estratos sociais podem ser maltratadas. Porém, o abuso e a negligência estão altamente associados à pobreza e famílias multi-problemáticas, ou seja, que possuem alcoolismo parental abuso de drogas, doenças psiquiátricas, violência doméstica e isolamento social.

Também existe uma forte correlação entre crianças abusadas e educação precária dos pais, desemprego, pobreza de cuidados e atenção, e crianças resultantes de gravidez não planejada (Zuravin, 1991; Rosenberg e Repucci, 1985). Scodelario (2002), em seu estudo, identificou aspectos relacionados à família com dinâmica de violência. Entre eles estão: comunicação, complô do silêncio, uso intenso de mecanismos de defesa, auto-estima rebaixada, dificuldade com limites e isolamento social acentuado.

A fim de compreendermos as peculiaridades dos aspectos apontados discorreremos sobre cada um deles. A comunicação é um aspecto que coloca em evidência a disfuncionalidade das famílias abusivas. Pode haver dificuldade na transmissão das mensagens, principalmente aquelas relacionadas às vivências emocionais. Muitas vezes, a comunicação entre o grupo familiar ocorre de forma indireta com o uso de terceiros ou através de vias não verbais como gestos ou expressões faciais que sinalizam para a criança o que ocorrerá a seguir.

Devido a essa dificuldade, não há uma livre expressão dos sentimentos entre os elementos da família. A utilização de outras formas de comunicação pode ser extremamente prejudicial à criança e envolve a mesma numa trama de mentiras, segredos, mensagens de duplo sentido e discurso confuso. A autora identificou frases muito comuns nessas famílias quando da ocorrência de situações abusivas: “É para o seu próprio bem”, “Ninguém vai acreditar em você”, “No fundo você gosta”, “Como seu pai, sei o que é melhor para você” (Scodelario, 2002, p.99). Essas frases mostram o desrespeito, violência e desproteção aos quais as crianças estão submetidas nessas famílias, quando acolhimento protetivo, compreensão e carinho são aquilo que a criança mais precisa.

Em relação ao abusador sexual, pode ser observado um discurso sedutor, carinhoso e delicado com a criança. Essa manobra acaba por confundir não só a criança. Muitas vezes, os adultos têm uma falsa impressão sobre o perpetrador, interpretando-o como um indivíduo adequado no trato com a criança e acima de qualquer suspeita. Isso também pode ocorrer na relação com o profissional, que deve estar atento às atuações do abusador.

Frequentemente, este pode agir de forma sedutora ou agressiva buscando uma estratégia de defesa. Outro aspecto que contribui para a manutenção do abuso sexual no seio da família é o dito "complô do silêncio", que pode ser entendido como o silêncio mantido tanto pelos agentes das agressões quanto pelos vitimizados, assim como pelos demais membros da família. O complô do silêncio pode perpetrar o abuso por várias gerações até que seja interrompido. De acordo com Scodelario (2002), as razões para a manutenção desse complô estão relacionadas a várias possibilidades.

No caso do silêncio do cônjuge não agressor encontramos algumas situações: medo do perpetrador, desejo de manutenção da unidade familiar, não aceitação da provável perda do companheiro, cumplicidade inconsciente que ocorre através da identificação com o agressor e fragilidade no que tange ao papel de protetor.

Já no caso do silêncio da criança vítima, encontramos sentimentos de desproteção, temor de perder o afeto do agressor, receio de ser desacreditada e julgada culpada, medo de sofrer agressões ou ser retirada da família. Quanto maior a proximidade com o agressor (o pai biológico, por exemplo) mais a criança se cala. Furniss (1993) corrobora a idéia sobre o complô do silêncio chamando a atenção para o fato de que a explicitação ou denúncia do segredo trás à tona a dinâmica de violência que acontece dentro da própria família. Muitas vezes, a violência é negada ou mantida para o próprio equilíbrio familiar. A revelação do abuso, na maior parte dos casos, produz uma crise familiar e entre a rede de profissionais que atendem a família.

O próprio profissional psicólogo, ao lidar com casos de abuso sexual, deve tomar cuidado para não participar da manutenção do complô do silêncio, justificado através do sigilo profissional. Cabe ao profissional refletir sobre estratégias que contribuam para a interrupção da situação de vitimização infantil, bem como a prevenção de futuras ocorrências. Um recurso importante a ser utilizado pelos profissionais no combate à violência é a notificação obrigatória dos casos confirmados ou mesmo suspeitos de violência contra crianças e adolescentes.

Outro aspecto verificado na dinâmica de violência é o uso intenso de mecanismos de defesa, em especial a cisão ou fenômenos dissociativos, identificação projetiva e negação. Esses mecanismos podem ocorrer tanto no agressor quanto na vítima. De acordo com Segal (1975), na cisão, o indivíduo divide as coisas em dois pólos, um bom e outro ruim. Então, elimina o pólo que o incomoda como se ele não existisse. De acordo com Gurfinkel (2000) Winnicott identifica fatores que provocam o fenômeno da dissociação: violência, invasão,

instabilidade, depressão materna, cuidado mecânico e impessoal. Ele explica a diferença entre os mecanismos psíquicos do recalçamento e da dissociação.

No recalçamento o material inconsciente permanece dentro dos limites do indivíduo, no seu psiquismo, e pode emergir através dos sonhos, atos falhos, análise. Nesse caso, através de tratamento pode-se buscar o material reprimido no sujeito. Já os fenômenos dissociativos ocorrem de modo desintegrado do sujeito, o que é inconsciente não está reprimido e sim dissociado do sujeito. O tratamento, nesses casos, deve buscar elucidar a cisão na pessoa do paciente. A dissociação está relacionada aos casos em que o indivíduo pode apresentar um sério comprometimento da memória ou incapacidade de recordar fatos do passado. A identificação projetiva, de acordo com Segal (1975), é o resultado da projeção de partes do eu no objeto.

Pode ter como resultado não só o fato de que se percebe o objeto como tendo adquirido as características da parte projetada do eu mas, também, o de que o eu se torne identificado com o objeto de sua projeção. Isso pode ser compreendido com o exemplo do abusador que deprecia a criança, submetendo-a e abusando-a. O perpetrador mostra-se como forte e poderoso, desvalorizando a criança.

Apesar disso, devemos compreender que esse sentimento relaciona-se na verdade a uma autodesvalorização do próprio abusador, que acaba por aparecer, via projeção, através da depreciação da criança. A negação, por sua vez, é um mecanismo de defesa definido como "processo pelo qual o sujeito, embora formulando um dos seus desejos, pensamentos ou sentimentos até então recalçado, continua a defender-se dele negando que lhe pertença" (Laplanche, 1992, p.293).

Nos casos de abuso sexual, a negação pode aparecer nos diversos elementos da constelação familiar. Por exemplo, uma criança vitimizada, mesmo tendo alguma consciência, pode negar os traumas e violências sofridas temendo que, ao pedir ajuda, seja a responsável pela destruição da família. Uma mãe dependente do marido e incapaz de extrair prazer de seus relacionamentos sexuais também pode negar o abuso sexual de sua filha como meio de se esquivar dos contatos sexuais com o marido e, dessa forma, realizar a manutenção de uma relação incestuosa entre pai e filha.

A auto-estima rebaixada é outro aspecto relacionado a famílias com dinâmica de violência. O ataque à criança vitimizada, depreciando-a e criticando-a como alguém sem qualidades, é uma forma pela qual os perpetradores buscam ter controle e poder sobre a criança.

Essa dinâmica de desvalorização leva a criança a desenvolver uma diminuição da confiança em relação a seus próprios sentimentos e percepções. Isso conduz a sentimentos de impotência. Essa situação também pode ocorrer com a mãe, que termina por submeter-se ao perpetrador.

O rebaixamento da auto-estima infligido a criança através do ciclo de desvalorização faz parte do próprio abusador e da dinâmica dessas famílias. Em situações de tratamento, esta dinâmica pode induzir o profissional a vivenciar sentimentos de desvalorização e impotência. Obviamente, deve haver um preparo do profissional para lidar com esses casos e trabalhar o resgate da auto-estima dessa família. A dificuldade com a questão dos limites também aparece no trato da família abusiva. Verifica-se que essas famílias possuem sérias dificuldades em relação a reconhecer, aceitar e respeitar os limites.

As dificuldades se relacionam com: o abuso de poder exercido pelo abusador de forma arbitrária com o estabelecimento de suas próprias leis; a omissão no exercício da função interditora, que acontece tanto com o pai quanto com a mãe, e significa a convivência de um ou outro com o agente da agressão; e a falta de limites entre as gerações, o que ocasiona a indiscriminação dos papéis. Filhas que ocupam o lugar de companheira sexual do pai ou, ainda, crianças que assumem responsabilidades próprias dos adultos são exemplos disso. Nesse caso, o profissional que atende a família pode ser inserido na dinâmica da falta de limites.

Não se obedece a horários de consulta, tempo de atendimento e limite de faltas. O profissional deve ser capaz de estabelecer firmemente os limites necessários ao tratamento. O último aspecto apontado por Scodelario (2002) relaciona-se ao isolamento social acentuado envolvendo essas famílias. Observa-se uma resistência à inserção social e cultural dos elementos familiares, como se eles pudessem auto-suprir todas as necessidades dos seus membros.

Obviamente, a restrição social e cultural dessas famílias reflete-se na impossibilidade de compartilhar sentimentos e emoções que acabam por permanecer contidos, unicamente entre os elementos desse grupo. Isso provoca um empobrecimento e restrição no que tange as trocas afetivas e configura-se num desafio ao profissional que deve estabelecer modalidades de inserção social no seu trabalho junto a estas famílias. Gabel (1997) esclarece sobre a disfuncionalidade envolvida nesse tema: "O abuso sexual supõe uma disfunção em três níveis: o poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco), a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor), e o uso delinqüente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre seu corpo" (p.10).

Furniss (1993) menciona a necessidade de uma abordagem multidisciplinar nos casos de abuso sexual devido à complexidade desse assunto e das repercussões envolvidas. O autor sugere três tipos de intervenção: a punitiva, a protetora e a terapêutica. A integração de cada uma dessas intervenções permitirá os limites necessários ao agressor e à família, a segurança para a criança vitimizada e o início de uma mudança na perspectiva disfuncional da família.

Evidentemente, dada a complexidade desses casos, o trabalho visando os três níveis de intervenção configura-se num desafio aos profissionais e as instituições envolvidas. Finalmente é importante esclarecer que devido a grande dificuldade de se comprovar os casos de abuso sexual, a maioria dos agressores permanece na impunidade. Morales e Schramm (2002) discorrem sobre o fato de que uma baixa efetividade dos procedimentos de atenção a criança contribuem para a impunidade e para a dificuldade de identificação dos casos de abuso sexual.

Exemplos disso acontecem: quando a criança decide contar para alguém depois de muito tempo ocorrido, meses ou até anos; quando se realiza a denúncia a autoridades e estas tão somente recebem a denúncia e remetem a vítima aos cuidados de um médico legista; quando o médico envia o resultado de seu exame à autoridade solicitante e esta inicia um processo judicial depois de algum tempo do ocorrido, implicando assim na perda de provas e indícios fundamentais para a incriminação do agressor; quando a instituição que recebe as crianças não é adequada para realizar exames e interrogatórios com as mesmas, conduzindo-as a uma situação de revitimização; quando as investigações são deficientes em função de informações pouco relevantes e indícios pouco significativos ou mal interpretados; e finalmente, quando não existe qualquer apoio à família investigada.

É de extrema importância a abordagem da temática com as crianças, tendo em vista, que por vezes, o abuso sexual, é cometido por pessoas de suas relações familiares, sendo assim muitas vezes, a criança, tem o abuso como sendo algo natural, visto que, tem-se em mente que a família deveria ser local de proteção e, portanto a criança com sua ingenuidade, aceita, porém sabe-se que nem sempre isto é tido como uma verdade absoluta, pois na família é que ocorrem com maior incidência os números de abusos.

Quando definimos família, nos referimos à presença de “um outro” significativo para a criança que a auxilie não só na sua sobrevivência, mas também na construção de referenciais, de valores, de modelos de identificação e de trocas afetivas e sociais. Entretanto, nem sempre esses laços conseguem garantir proteção e vínculos afetivos saudáveis. Em muitos casos, podem ser tecidos vínculos destrutivos e o ambiente familiar torna-se o palco mais recorrente



do drama vivido pelas crianças que são alvos de negligência ou de violência física, psicológica e sexual.

## **2.6 Violência Doméstica ou Intrafamiliar**

O abuso sexual pode ser classificado como extrafamiliar ou intrafamiliar, sendo este o mais frequente. O abuso sexual extrafamiliar ocorre fora do ambiente familiar, no qual o abusador é geralmente desconhecido. O agressor se torna amigo da vítima e após obter a sua confiança a agride sexualmente. Após a agressão, ocorrem ameaças à criança, como por exemplo, “não poderemos ser mais amigos se você contar a alguém” e a criança devido à culpa que sente e por acreditar na amizade silencia-se. (MILLER, 2008).

O abuso intrafamiliar ocorre dentro das famílias e geralmente dentro da própria casa por uma pessoa próxima, sendo o pai o abusador mais constante, trazendo mais prejuízos à criança, pois envolve uma quebra de confiança com as figuras parentais (DE ANTONI E KOLLER, 2003). Segundo Cohen (1993), nas situações de abuso intrafamiliar, o pai era o abusador em 41,6% dos casos, 20,6% os padrastos, 13,8% o tio, 10,9% o primo e 3,7% o irmão. Fuks (2006) confirma estes dados mostrando que quase 75% das vítimas conhecem o agressor, dos quais 50% pertencem à família, sendo o pai o abusador mais frequente e em 25% dos casos o padrasto. A criança abusada sexualmente deixa de ser sujeito e passa a ser objeto de prazer do agressor, atacando sua vulnerabilidade. (JUNQUEIRA, 1999). Segundo Miller (2008), o abuso é seguido por ameaças para coagir a criança a manter segredo. Com o abuso intrafamiliar, a criança também se sente desprotegida pelo seu responsável e se cala.

A violência pode ser entendida como a relação assimétrica de poder, com a finalidade de explorar, dominar ou oprimir alguém.

A violência doméstica acontece no âmbito familiar e doméstico, sendo exercidos, sobretudo por quem detém maior poder sobre as pessoas mais frágeis, quer seja crianças, idosos ou mulheres. São algumas de suas expressões a negligência, a violência física, a violência psicológica e a violência sexual.

Por outro lado, a violência intrafamiliar acontece entre os membros familiares, tanto em âmbito doméstico quanto externo. “A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” (Brasil, 2002, apud PINHEIRO, 2005).

Já a violência de gênero reflete as relações construídas socialmente através dos papéis definidos a homens e a mulheres e dominação daqueles sobre estas. Sua principal

expressão é a violência contra a mulher que é entendida por Teles & Melo (2002), como:

A violência contra a mulher é “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, sem distinção de raça, classe, religião, idade ou qualquer outra condição, tanto no espaço público como no privado” (Teles & Melo, 2002, 10).

A violência contra mulher pode ocorrer também no espaço externo e ser praticada por outras pessoas não relacionadas à família, mas que exercem algum poder sobre a mulher (PINHEIRO, 2005).

É proposital o uso da expressão violência contra a mulher sabendo que ela também pode ser praticada em âmbito doméstico e intrafamiliar para justamente destacar este tipo de prática contra pessoa do sexo feminino, apenas pela sua condição de mulher, em todas as classes sociais, etnias e idades, e tem suas origens na intimidação da mulher pelo homem<sup>2</sup> agressor que é diferente da violência entre gerações, por exemplo. Difere-se da expressão violência doméstica justamente porque nesta não se enfatiza quem é o agressor, podendo ser tanto homem quanto a mulher.

Quando o abusador percebe que a criança compreende seus atos como abuso ou algo anormal, tenta inverter os papéis colocando a vítima como culpada por aceitar seus afetos. (PFEIFFER E SALVAGNI, 2005). Sandersons (2005) afirma que quanto mais próxima for a relação entre a criança e o abusador, maior será o sentimento de traição e suas consequências. As consequências do abuso sexual podem ser devastadoras para o desenvolvimento físico, social e psíquico da criança, podendo implicar outras questões diretamente ligadas à sexualidade. (MORGADO, 2001). Em relação às formas de enfrentamento da situação, segundo Flores & Caminha (1994), ocorre um despreparo generalizado envolvendo desde os profissionais da área da saúde, educadores e juristas até as instituições escolares, hospitalares e jurídicas em manejar adequadamente os casos de abuso sexual.

## **2.7 Os números da violência**

O abuso sexual infantil é considerado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um dos maiores problemas de saúde pública. Estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que 7-36% das meninas e 3-29% dos meninos sofreram abuso sexual<sup>9</sup>. A sua

---

<sup>2</sup> Apesar de sabermos que também podem mulheres, assumindo papéis de gênero tidos como masculinos, de opressão e poder também provocarem violência contra outras mulheres.

real prevalência é desconhecida, visto que muitas crianças não revelam o abuso, somente conseguindo falar sobre ele na idade adulta.

As estatísticas, portanto, não são dados absolutos. Trabalha-se com um fenômeno que é encoberto por segredo, um muro de silêncio, do qual fazem parte os familiares, vizinhos e, algumas vezes, os próprios profissionais que atendem as crianças vítimas de violência.

Acrescente-se a isso que países com limitados recursos socioeconômicos podem não ser capazes de manejar todos os relatos de suspeita de abuso sexual ou coletar dados referentes a eles. Pesquisas em países europeus indicam que 6-36% de meninas e 1-15% de meninos sofreram experiências sexuais abusivas antes dos 16 anos. De forma similar, em estudos realizados nos EUA, com uma amostra de 935 pessoas, 32,3% das mulheres e 14,2% dos homens revelaram abuso sexual na infância, e 19,5% das mulheres e 22,2% dos homens sofreram violência física.

Esses números, extremamente cruéis, são indicativos que a violência sexual é a que tem sido mais denunciada e acompanhada, não se podendo considerá-los, no entanto, como um índice de prevalência dentro da proporção de todos os tipos de maus-tratos a que podem ser submetidos crianças e adolescentes. Dados do programa Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Risco para Violência, evidenciam 1.356 notificações de *Jornal de Pediatria - Vol. 81, Nº5(Supl), 2005 S199* maus-tratos no ano de 2003. Destas, 17,6 % foram casos de abuso sexual, sendo 75,6% do sexo feminino e 24,4% do sexo masculino.

## **2.8 Por que as crianças e adolescentes se calam**

Na assistência à criança e adolescente vítimas de maus tratos, há que se considerar que, em aproximadamente 20% de todos os casos, existe o abuso sexual, sempre acompanhado das agressões psicológicas, como em todas as formas de violência nessa faixa etária.

Os casos mais frequentes de violência sexual até a adolescência são decorrentes de incesto, ou seja, quando o agressor tem ou mantém algum grau de parentesco com a vítima, determinando muito mais grave lesão psicológica do que na agressão sofrida por estranhos. Trata-se de uma forma de violência doméstica que usualmente acontece de forma repetitiva, insidiosa, em um ambiente relacional favorável, sem que a criança tome, inicialmente, consciência do ato abusivo do adulto, que a coloca como provocadora e participante, levando-a a crer que é culpada por seu procedimento (o abuso).

Abuso sexual na infância e adolescência (Pfeiffer L e Salvagni EP S200) poder trazido das gerações anteriores, a mãe passa a ocupar o papel de silent partner- no qual tem uma participação muda em um quadro geral de violência. Felizardo em 1954 já descreviam um perfil comum dessas mães: quase todas tiveram uma mãe dominante, fria e emocionalmente distante, que rejeitou as filhas, favorecendo seus filhos. Acrescenta que, como consequência à socialização desigual de gêneros, essa mãe desenvolve o complexo feminino de inferioridade.

Ela tenta manter a estabilidade e segurança da família, que representa seu porto seguro. Com a filha adolescente, em muitos casos, a mãe, consciente ou inconscientemente, passa a delegar à filha o seu pesado papel de mãe e esposa, em todos os seus aspectos. Em algumas situações, quando o incesto é revelado, a mãe reage com ciúmes, como rival e passa a colocar na filha a responsabilidade pelo ocorrido.

Para corroborar com essa prática, estaria a dificuldade de a mãe reconhecer o incesto, pois seria o reconhecimento de seu fracasso como mãe e esposa, enquanto que o abusador usa de todos os meios para manter seus atos em silêncio e encobertos. Outra constatação da complexidade do impacto dessa violência na estrutura familiar é que o incesto é mais frequentemente relatado em famílias de nível socioeconômico inferior e mais facilmente encoberto pelas de padrão mais alto (adaptado de Kaplan H et al.). É possível, então, concluir que o abuso sexual faz parte de um conjunto de rupturas de relacionamentos, em uma estrutura doente familiar, que vem do histórico de vida de cada membro dessa família, incluindo o agressor. Esse histórico pode determinar uma permissividade ao ato, pela própria desvalorização da infância e adolescência, como também do papel da mulher, mantendo, na maioria dos casos, uma cegueira e surdez coletiva aos apelos, muitas vezes mudos, da vítima.

### **3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

#### **3.1 TIPO DE ESTUDO**

O presente trabalho tem o foco qualitativo. Assim sendo, por se tratar do sujeito, leva em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Todo esse processo contará com a participação efetiva do pesquisador. No caso do questionário aplicado aos alunos, é claro que opiniões irão divergir – dada a individualidade do ser humano.

Com base nesses princípios, a pesquisa qualitativa tem um caráter exploratório, uma vez que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão. Na pesquisa qualitativa, os dados, em vez de serem tabulados, de forma a apresentar um resultado preciso, são retratados por meio de relatórios, levando-se em conta aspectos tidos como relevantes, como as opiniões e comentários do público entrevistado.

### 3.2 CENÁRIO DO ESTUDO

O atual cenário de estudo é composto por duas turmas de séries iniciais no município de Concórdia SC.

### 3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os participantes do presente estudo são estudantes de duas turmas de séries iniciais do município de Concórdia SC. A escolha foi feita utilizando o critério do conhecimento prévio dos estudantes, o que fará o estudo ser proveitoso. A ideia inicial é trabalhar com duas turmas, envolvendo em média cinquenta estudantes.

### 3.4 COLETA DOS DADOS

Para DENZIN e LINCOLN (2006, 36), *‘Munido do paradigma e da história pessoal, concentrando-se em um problema empírico concreto para examinar, o pesquisador agora passa para o estágio seguinte da pesquisa, isto é, trabalhar com uma estratégia específica de investigação’*, o que se refere à definição de métodos de coleta de dados, que também já implicam na análise dos dados empíricos e interpretação.

A coleta de dados ocorreu por meio de aplicação de questionário individual com questões abertas e fechadas, com parte dos alunos que haviam participado das atividades descritas na Introdução, quer seja, a apresentação do Vídeo ‘O Segredo’ e as interações e discussões em sala de aula sobre o tema do abuso sexual.

Como referido, já havia realizado uma atividade de levantamento de partes do corpo que não deve ser tocadas, com a utilização de uma tarja sobre as mesmas.

Conforme Gil (1999, 128), o questionário tem por objetivo “o conhecimento das opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.” Logo,

“construir o questionário consiste em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a estas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema de pesquisa” (GIL, 1999, 129).

A vantagem do questionário é segundo Gil (1999), poder atingir grande número de pessoas e igualmente à entrevista, objetiva investigar as opiniões, atitudes frente a determinadas questões, expectativas e nível de conhecimento sobre alguns assuntos, a partir das hipóteses e pergunta da pesquisa.

O questionário teve como objetivo, auferir e analisar o impacto e o acréscimo de conhecimento dos alunos nas temáticas do abuso sexual. Desta forma, ele traz um feedback e aponta caminhos importantes no seguimento da abordagem do tema com alunos em sala de aula.

Segue em anexo o modelo do questionário aplicado.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados por intermédio dos questionários, foi possível identificar os principais aspectos relacionados pelos educandos, quanto às apreensões sobre a violência sexual e o relato dos mesmos sobre seus conhecimentos prévios e aqueles agregados após as atividades realizadas em sala e a aplicação do questionário.

Para Minayo (1994), a fase de análise aponta três finalidades: estabelecer a compreensão dos dados coletados; responder as questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando ao contexto do qual faz parte.

A análise, desta maneira, ocorreu através da leitura e compilação das respostas dos alunos, de modo a identificar as principais falas e frases que apareceram repetidamente indicando a presença ou ausência do conhecimento dos mesmos, buscando e articulando com eles se realmente é necessária a abordagem do tema, quais as razões, formas de denúncias, bem como fazer um comparativo do que sabiam antes e depois da abordagem da temática.

A partir do momento em que se fala de forma clara com as crianças, abre-se o diálogo e através dele, as formas de denúncias, as maneiras para acabar com o segredo do abuso que obscura, amedronta e entristecem as crianças, seres humanos em desenvolvimento que precisam de proteção e segurança. Quando abordado pelos seus professores, seres que são tidos como referências para as crianças, estas sentem-se seguras para fazerem os relatos e buscarem abrigo, pois terão convicção do desembaraço deste enigma.

O questionário foi respondido de forma coletiva com os alunos, onde a pergunta era feita por mim e posteriormente, cada um escrevia sua resposta. Durante todo o período, os alunos se mostraram muito interessados, falavam sobre o assunto, sobre a pergunta que estavam respondendo, o que serviu para reforçar ainda mais a importância do trabalho sobre a temática.

Um ponto importante em salientar é que antes da abordagem da temática em minhas aulas, os alunos possuíam uma visão uniforme do conceito de abuso sexual, todos já tinham ouvida a palavra sem saber em si o significado, tinham em mente que o abuso sexual era o estupro, palavra também desconhecida, aliás, significado desconhecido para eles até o momento de nossa aula/conversa, onde eles sentiram a necessidade de ouvir o que era de fato um estupro, tendo em vista, que no momento em que trabalhei sobre a temática, a mídia estava divulgando um caso ocorrido no Rio de Janeiro. Neste ano, entre o sábado 21 e o domingo 22 de maio de 2016, ocorreu um estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro, isso provocou comoção no país.

#### **4 Análise qualitativa das respostas**

Na pergunta 1, pedi aos alunos que respondessem se antes de assistir ao vídeo, já tinham ouvido falar sobre abuso sexual, e o que eles pensavam que eram:

A resposta de forma quase total era não, e na sua maioria imaginavam que era algo relacionado ao estupro.

Na pergunta 2, pedi se após assistir ao vídeo, aprenderam mais sobre o assunto:

De forma congruente, responderam que sim.

Na questão número 3, pedi aos alunos que mencionassem o que mais gostaram ou acharam interessante no vídeo. As respostas foram para o momento em que a professora percebe que algo está errado com a menina, quando a menina desenha na areia do parque o homem (abusador), o momento em que ela consegue contar o seu segredo para a professora

Na questão número 4, onde aparece uma das imagens do vídeo, em que a menina (vítima) aparece sentada ao lado do homem (agressor),

De forma unânime os alunos disseram que a menina estava assustada e com muito medo, além de que o homem a mantinha em constantes ameaças.

A questão 5 era composta da seguinte pergunta: Se eu pedisse um conselho sobre trabalhar ou não o vídeo, o que você diria? Por quê?

Também de forma única todos os alunos responderam que é muito importante a abordagem da temática com os mesmos.

Alguns trechos das respostas, em que citaram diversos fatores e motivos, foram:

**Aluno A:** “Sim, porque é um assunto real e importante das crianças saberem”.

**Aluno B:** “Sim, porque poderia orientar mais pessoas sobre isso”.

**Aluno C:** “Sim, porque quando um amigo ou amiga sofrer abuso eu sei para quem denunciar”.

**Aluno D:** “Sim, porque é um assunto muito importante e não é muito discutido”.

**Aluno E:** “ Sim, porque abuso sexual é um crime e porque são crianças inocentes e o abuso pode deixar manchas para o resto da vida”.

**Aluno F:** “ Sim, porque é um assunto muito sério e delicado”.

**Aluno G:** “Sim, pois estaria mostrando para os outros maneiras de denunciar e prevenir”.

**Aluno H:** “ Sim, porque aprenderíamos e perderíamos o medo de comentar sobre o assunto com as pessoas adultas”.

**Aluno I:** “Sim, porque o abuso é coisa grave”.

Então todos reforçaram a importância da prevenção e orientação, proteção, assunto pouco discutido, as crianças precisam de conhecimento, etc.

Na questão 6, pedi que relatassem as formas de denúncia do abuso, as respostas foram que se deve-se contar para algum adulto de confiança, para a professora , ligando para a polícia, procurar ou ligar para o conselho tutelar, etc.

Na questão 7, pedi se conheciam ou ouviram falar de alguma vítima e se a vítima era menino ou menina, aqui a grande maioria respondeu que não, três alunos responderam que sim e que a vítima era menina.

Isto indica, resguardada o alcance da pesquisa e as limitações de ter se desenvolvido com um grupo pequeno e específico de alunos, de que o abuso sexual se confirma de que ocorra em maior proporção às meninas, reforçando seu caráter de gênero.

Na questão 8, pedi se com eles já tinha acontecido alguma coisa que se parecesse com abuso sexual, todos responderam que não.

Uma das ideias mais recorrentes na nossa cultura em relação à violência de gênero é de que os homens seriam naturalmente violentos e que a violência masculina estaria centrada na biologia. Nessa perspectiva, acredita-se que os homens nasceriam com uma predisposição para a violência. É como se os homens fossem naturalmente violentos! Essa noção estaria associada ao fato que, em nossa sociedade, são os homens aqueles que mais se envolvem em situações de violência.



Porém, essa ideia é equivocada. Se compreendermos que a violência é uma construção social e que, portanto, não é um atributo de nascença e, sim, algo que se aprende/desenvolve ao longo da vida, não existem pessoas predispostas à violência. O que existe são condições sociais e estruturais que favorecem a produção de contextos e situações de violência. Ou seja, os homens não são naturalmente violentos e se eles aparecem em várias estatísticas como aqueles que mais cometem atos de violência, isso está relacionado aos seus processos de socialização e não à sua natureza.

Para Minayo e Carpurhande (2011, p.36), a violência de gênero constitui-se em formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente construídas, reproduzidas no cotidiano e geralmente sofridas pelas mulheres. Esse tipo de violência se apresenta como forma de dominação e existe em qualquer classe social, entre todas as raças, etnias e faixas etárias. Sua expressão maior é o machismo naturalizado na socialização que é feita por homens e mulheres. A violência de gênero que vitima sobretudo as mulheres é uma questão de saúde pública e uma violação explícita aos direitos humanos”

Para Saffioti & Almeida (1995), o conceito de violência de gênero designa um tipo específico de violência que visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais. Segundo essas duas autoras, a violência de gênero tem duas faces: é produzida no interior das relações de poder, objetivando o controle de quem detém a menor parcela de poder, e revela a impotência de quem a perpetra para exercer a exploração-dominação, pelo não-consentimento de quem sofre a violência.

Na questão 9, onde havia a imagem da menina contando o segredo e sendo abraçada pela professora, pedindo como ela estava se sentindo no momento:



Os alunos descreveram o momento, como:

**Aluno A:** “agora ela não tem mais medo”,

**Aluno B:** “ Melhor e livre”,

**Aluno C:** “feliz pois teve coragem e falou para a professora”,

**Aluno D:** “ aliviada e segura porque ela soube que estava protegida e que não era culpada”,

**Aluno E :**“ ela se sentiu aliviada porque conseguiu contar para sua professora o seu segredo”,

**Aluno F:** “ela estava com vergonha de falar e depois que falou para a professora ela ficou mais alegre e se livrou dele (o abusador)”,

**Aluno G:** “ com medo e feliz, porque ela contou que sofria abuso sexual”.

Nesta questão, as crianças nitidamente descreveram como sendo um momento de superação do medo e da vergonha, alívio, felicidade, liberdade, relatam ainda que a partir deste momento, a vida da menina volta a ser colorida e alegre, demonstrando então a importância de revelar a um adulto o abuso sexual.

A questão 10 era saber se ainda ficou com alguma dúvida sobre o abuso sexual que gostaria a professora explicasse melhor, de forma congruente, os alunos apontaram na questão 10, que não existem mais dúvidas relacionadas ao tema abuso sexual, que conseguiram sanar as suas lacunas através do vídeo, das demonstrações e da conversa aberta.

Ao final do questionário, na questão 11, pedi que através de desenho as crianças representassem o abuso.

Nos desenhos, aparecem as partes do corpo com tarjas onde não podemos deixar que os outros toquem (forma idêntica ao trabalho desenvolvido em sala de aula), uma menina chorando com medo com a boca coberta pela mão de alguém e pensando no abusador, duas imagens, uma mostrando a menina chorando e com um xis para indicar errado e outra com a menina sorrindo e um certo indicando a melhor alternativa para o fim do abuso. Os desenhos deixaram claro que os alunos perceberam o quanto a vítima sofre guardando o abuso em segredo. Os desenhos, assim como os questionários, possuem o nome dos envolvidos em sigilo, por isso, não há identificação de quem os fez, apenas as imagens.

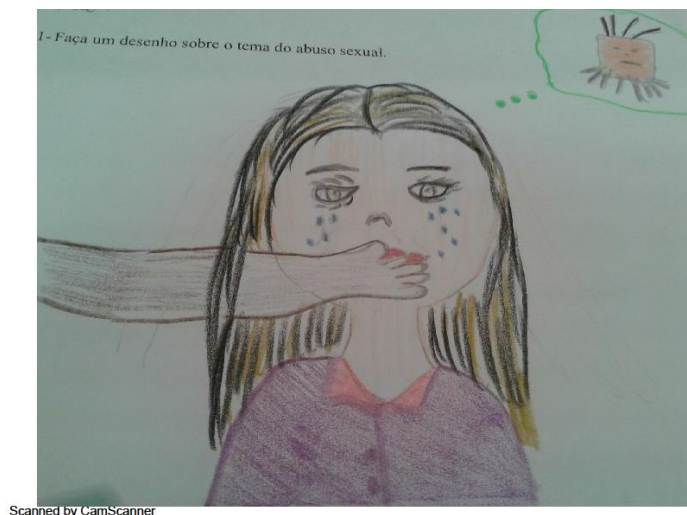


Figura 1- Desenho de aluno sobre abuso sexual.

Na figura número um, a criança fez o desenho de uma menina (vítima), sofrendo, chorando e guardando um segredo, o segredo do abuso sexual. Nota-se que no pensamento da menina, existe um monstro que a assombra (o abusador). O desenho representa o sofrimento da vítima que esta sendo abusada.



Figura 2- Desenho de aluno sobre abuso sexual.

Na figura número dois, temos um incentivo para acabar com o abuso sexual, tendo em vista que a criança incluiu em seu desenho uma placa de incentivo, com a frase “denuncie, abuso sexual é crime”, mostrando a importância de divulgar para acabar com a violência.

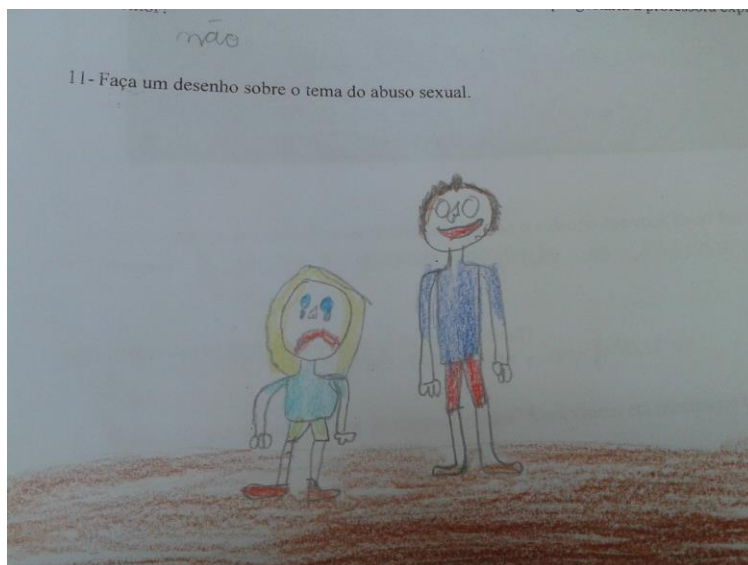


Figura 3- Desenho de aluno sobre abuso sexual.

Na figura número três, aparecem: uma menina (vítima) chorando e muito triste e ao seu lado, um homem (abusador) feliz e sorridente, deixando claro as expressões de cada um, a vítima sofre muito com a violência, já o abusador sente prazer com o abuso.

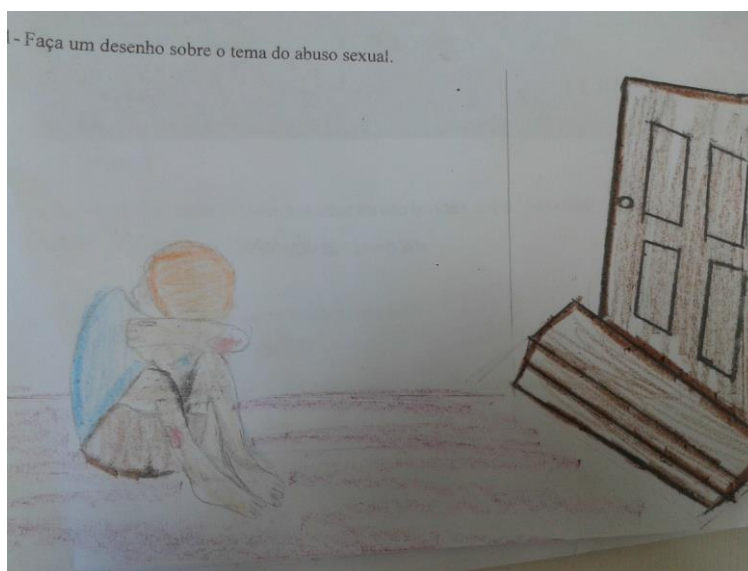


Figura 4 - Desenho de aluno sobre abuso sexual.

Na figura número quatro, aparece uma criança (supostamente vítima), sofrendo e chorando em silêncio, guardando o segredo do abuso, se sentindo sozinha e isolada do mundo.

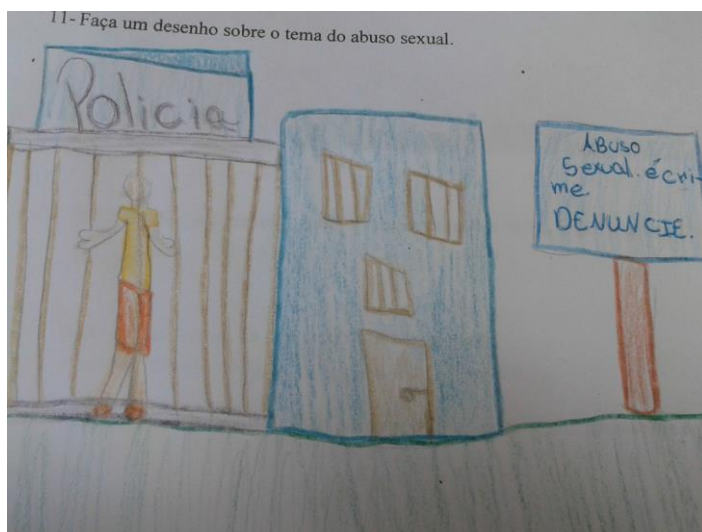


Figura 5- Desenho de aluno sobre abuso sexual.

Na imagem número cinco, temos mais um incentivo a denuncia, é possível perceber através da placa com a frase “ Abuso sexual é crime. Denuncie.” Assim como na delegacia/polícia, indicando que existe uma pessoa presa, levando a acreditar que este é o abusador, e que abusador é um criminoso e deve pagar pelo seu ato.

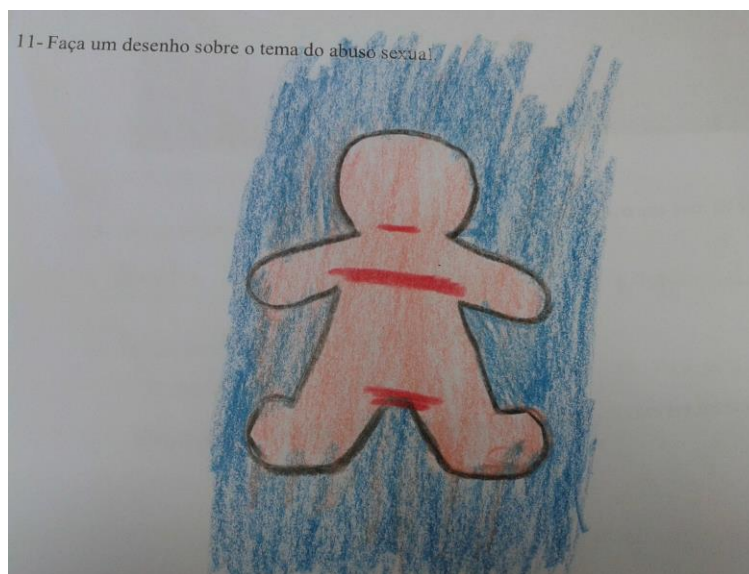


Figura 6- Desenho de aluno sobre abuso sexual.

Na figura número seis, temos o trabalho que eu desenvolvi em um dos momentos da aula, onde aparece um boneco em formato de biscoito com tarjas pintando quais são as partes do corpo que não podemos deixar o outro tocar, que quando alguém estiver fazendo isso, precisamos compartilhar, pois se trata de abuso.

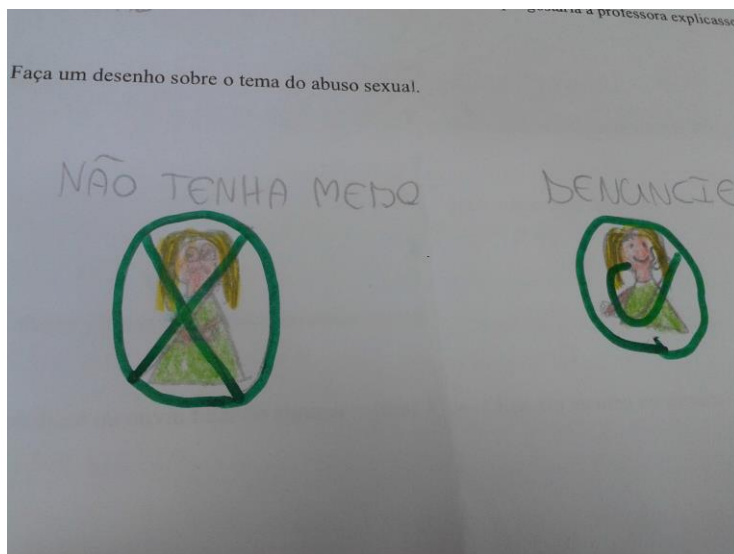


Figura 7- Desenho de aluno sobre abuso sexual.

Na figura número sete, a criança está reforçando e estimulando a denúncia, apontando a forma correta e incorreta de agir, ou seja, mostrando que não se deve ter medo de compartilhar o abuso sexual e sim é preciso denunciar.

### **5 Outras análises e conclusões:**

No decorrer do desenvolvimento da atividade, ouvi relatos das crianças sobre atos de abuso sexual ocorridos contra elas, sobre como foi, como ocorreu à denúncia, sobre o medo sofrido, etc. Salienta-se que estes relatos partiram de duas meninas, o que comprova, mesmo que de maneira pontual nesta pesquisa, que o abuso sexual atinge mais ao sexo feminino, reforçando as questões de gênero e interseccionalidades envolvidas nesta temática.

Concomitantemente com os relatos das crianças, uma mãe também veio conversar comigo, para reforçar a importância do trabalho desenvolvido em sala, das crianças possuírem mais informação, pois nunca se imagina que vai acontecer alguma coisa com as crianças que nos cercam. Mas por vezes, percebemos que por mais que não desejemos que elas sofram, estas estão sofrendo caladas por não terem um suporte, por não saberem como devem agir na situação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho de conclusão de curso, considero que tenha sido produtiva e proveitosa a aplicação em sala de aula dos conteúdos de abuso sexual, com alcance dos objetivos e com total apropriação do conhecimento por parte dos alunos.

Como principais aspectos das análises, foi possível perceber a necessidade e inquietações que os alunos possuíam em conhecer mais e a fundo sobre assuntos e temáticas diferenciadas através de vídeos, desenhos, exemplos e uma conversa aberta, sanando suas dificuldades e esclarecendo dúvidas. Avançando a partir do conhecimento prévio sobre abuso sexual e concluindo a interação com as dúvidas e possíveis curiosidades explanadas, tornando os alunos defensores de sua própria segurança e multiplicadores das formas de denúncias.

Outro apontamento que faz-se necessário elencar é com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que serve de subsídio e como ponto de partida para aprofundar o conhecimento dos estudantes, mostrando a eles que as leis existem para assegurar os direitos e deveres. Que através de leis pode-se esclarecer as dúvidas e entender melhor o funcionamento do sistema regente. Conhecendo e compreendendo que os agressores devem pagar pelo ato do abuso sexual, através desta(s) lei(s) todo e qualquer crime cometido, incluindo contra as crianças e adolescentes.

Após a visualização do vídeo, os exemplos repassados, a pintura das tarjas nos bonecos e a conversa aberta, as crianças conseguiram compreender os tipos de violência existentes, bem como diferenciar o que é a demonstração de afeto e o que é abuso sexual, respectivamente as formas de denúncias, deixando isso transparecer, através das suas respostas nos questionários, bem como nos desenhos que as mesmas reproduziram.

Sendo assim, é possível afirmar que os objetivos foram alcançados, pois todos os alunos encontram-se capacitados sobre a temática, e que os reflexos do trabalho desenvolvido foram vistos na dimensão que vai além da sala de aula, conhecimento este que se faz presente na vida e na concepção de cada envolvido no projeto, transformando sua visão e concepção de forma global, abrangendo o conhecimento para além da escola e sala de aula, e sim, ampliando a sua visão e concepção enquanto cidadão/cidadã.

Essa nova e ampla visão sobre o tema do abuso sexual irá refletir e transformar a sociedade em que estas crianças encontram-se inseridas, levando em consideração que o conhecimento muda e transforma o cotidiano, e estas serão defensoras de um mundo livre de agressões e abusos.

Por fim, considera-se que a prática da abordagem dos aspectos de gênero e suas interseccionalidades em sala de aula com crianças do ensino fundamental seja uma atividade de extrema relevância, carecendo de maior direcionamento pedagógico, tendo em vista que o tema é pouco trabalhado nos cursos de Pedagogia, assim como existem poucos materiais disponíveis como planos de aula e atividades dinâmicas sobre o tema, o que reforça a importância desta Especialização em Gênero e Diversidade na Escola.

Que este Trabalho de Conclusão de Curso possa inspirar e ilustrar a outros professores e profissionais que trabalham diretamente com crianças e adolescentes, que eles estão ávidos por aprender sobre este tema e abordagem do abuso sexual em sala de aula é de extrema importância para a prevenção da ocorrência deste tipo de violência.



## REFERÊNCIAS

- ABRAPIA. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção. Guia de orientação para profissionais de saúde. Petrópolis: Autores & Associados, 1997.
- ADORNO, S. Os aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- Araújo, Thompson, Scodelario, Zuravin, Rosenberg e Repucci: Crianças vítimas de abuso sexual: aspectos psicológicos da dinâmica familiar, disponível em:  
<http://www.fnf.org.br/wp-content/uploads/2009/08/livro-crianas-vitimas-de-abuso-sexual-1.pdf>, acesso 20 de novembro 2016.
- AZEREDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. Pele de asno não é só história... um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Rocca, 1995.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviços. Cadernos de Atenção Básica, n.º 8, Brasília/DF, 2002.
- Código Penal Brasileiro. Dos crimes contra os costumes, Maus tratos, Tipificação de lesões. 39ª ed. São Paulo; 2002.
- COHEN, C. O incesto, um desejo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993
- Constituição Federal do Brasil. Artigo 227. Brasília, 1988.
- CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa – Teorias e Abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz, Porto Alegre, Artmed, 2006.
- Estatuto da Criança e do Adolescente, COMTIBA, Curitiba. Publicado em Diário Oficial da União 1990.
- FAIMAN, Carla Júlia Segre. Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- Felizardo D, Zürcher E, Melo K. Modelos Teóricos de Interpretação para Violação do Incesto, Do Medo e Sombra. Natal, RN: AS Editores; 2003. p. 49-51.
- FERRARI, D.C.A., VECINA, T.C.C. (2002). O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Ágora. FERRARI, D.C.A., (2002). Definição de abuso na infância e na adolescência. Em FERRARI, D.C.A., VECINA, T.C.C.. O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática (pp.81-94). São Paulo: Ágora

FLORES, R. Z. ; CAMINHA, R. M. Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 16 (2), p. 158-167, 1994.

FREUD. Tomo XIII. 1ª ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores; 1980. p. 11-26.

FURNISS, T. *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FUKS, L. B. Abuso sexual de criança na família. *Percurso*, v.10, n.20, p.120-126, 1998. \_\_\_\_\_ . Conseqüências do abuso sexual infantil. *Percurso*, v.18, n.36, p.41-52, 2006.

GABEL, M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVEIA, Traumas resultantes de abuso sexual, 2006 disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/24679/traumas-resultantes-do-abuso-sexual-infantil>, acesso em 1 de novembro 2016.

GROSSI, Mírian P. & MIGUEL, Sonia. **A Trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre a mulher no Brasil**. Calhamaço, n. 2. 1995.

JUNQUEIRA, M. F. P. S. O abuso sexual da criança e a prática clínica: sexualidade e desamparo. *Rio de Janeiro: PUC*, v. 10, p. 25-42, 1999.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jun. 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802010000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000100008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 28 out. 2016.

LÉVI- STRAUSS C. Las estructuras elementales del parentesco. 2a ed. Barcelona, Espanha: Paidós Ibérica; 1981. p. 79-90. 2. Freud S. Totem y tabu. In: *Obras completas de S.*

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Pesquisa. In: MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004. p. 108-112.

MILLER, Karen. *Educação Infantil: como lidar com situações difíceis*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORGADO, R. *Abuso sexual incestuoso: seu enfrentamento pela mulher/mãe*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC, 2001.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. 2005.

PINHEIRO, A intervenção do serviço social junto a questão da violência contra a mulher, 2005, disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/6111/5675>, acesso em 2 novembro 2016.

PRADO, M. C. C. A (Coord.). *O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana*. 1.ed. São Paulo: Vetor, 2004.

ROMARO, R. A; CAPITÃO, C. G. As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões. São Paulo: Vetor, 2007.

ROSSETT, Milena de Oliveira. Inventário de comportamentos sexuais da criança: adaptação brasileira e análise de evidências de validade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: . Acesso em: 14 nov. 2016.

SAFFIOTI, H.I.B. e ALMEIDA S.S. de. Violência de gênero – poder e impotência. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995.

SAFFIOTI, H. I.B. “Rearticulando Gênero e Classe Social”. In: COSTA, A.O. & BRUSCHINI, C. (orgs.) **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SÁNCHEZ, F.L. (1995). *Prevención de los abusos sexuales de menores y educación sexual*. Salamanca, Amarú Ediciones.

SANDERSON, C. Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e profissionais para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade: São Paulo. 1995.

SILVA, I. R. Abuso e trauma. São Paulo: Vetor, 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é Violência contra a Mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

VILANOVA, Mercedes. “Pensar a Subjetividade – Estatísticas e fontes orais”. In: MORAES, Marieta (org.) **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 2004.

**ANEXO**  
**QUESTIONÁRIO**

Idade: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

1- Antes de assistir ao vídeo, você já tinha ouvido falar sobre abuso sexual? E na sua opinião, o que você pensava que era?

2- Após assistir e conversar sobre o assunto, você acha que aprendeu mais sobre o assunto?

Sim ( ) Não ( )

3- Escreva algumas coisas que lembra que você viu no vídeo e que você gostou ou achou interessante?

4- Neste momento, o que você imagina que a menina está sentindo?



5- Se eu pedisse um conselho sobre trabalhar ou não o vídeo, o que você diria? Por quê?

- 6- Quais são as formas de denuncia do abuso sexual?
- 7- Você conhece ou ouviu falar de alguma vítima? Essa vítima era menina ou menino?
- 8- E com você, já aconteceu alguma coisa que parecesse um abuso sexual?
- 9- E agora, como você imagina que a criança está se sentindo? Por quê?



- 10- Você ainda ficou com alguma dúvida sobre o abuso sexual que gostaria a professora explicasse melhor?
- 11- Faça um desenho sobre o tema do abuso sexual.